



ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS, REALIZADA AOS DEZESSETE DIAS DE AGOSTO DE 2021.

Aos **dezessete dias de agosto de dois mil e vinte e um**, às 14 horas, reuniram-se por meio de webconferência, para realizar a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Departamental do CCHN, os seguintes conselheiros: Agnaldo Silva Martins, Carlo Eugênio Nogueira, Edinete Maria Rosa (presidente), Erika Horta Grandi Monteiro, Erwany Nawar Everton Maranhão, Gesieny Laurett Neves Damasceno, Idalina Tereza de Almeida Leite Perin, Igor Suzano Machado, Marcelo Martins Vieira, Marcia Roxana Cruces Cuevas, Maria Cristina Smith Menandro, Mário Cláudio Simões, Rafael da Silveira Gomes, Thana Mara de Souza, Ueber José de Oliveira, Valéria da Silva Quaresma, Valeschka Martins Guerra, Viviana Borges Corte. Participaram também, na condição de convidados, o magnífico reitor Paulo Sérgio de Paula Vargas, a chefe de gabinete do reitor Zenólia Christina Campos Figueiredo e a Pró-reitora de Graduação Cláudia Maria Mendes Gontijo. Justificou ausência o conselheiro: Leonardo Lúcio Vieira Machado. Ausente à sessão os conselheiros: Henrique Tamanini Silva Moschen, Marcelo Vicente Marteleite da Silva e Mylena de Jesus Correia. Havendo quórum, a presidente deu início à sessão. **1. COMUNICAÇÕES: 1.01 Diagnóstico sobre o ensino da graduação em 2020.** A Pró-reitora de Graduação, professora Cláudia Maria Mendes Gontijo, informou que a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) elaborou um diagnóstico sobre o ensino de Graduação na Universidade Federal do Espírito Santo durante o ano de 2020. E, convidou todos os chefes de departamento e os coordenadores de colegiado para a reunião de apresentação do diagnóstico, que será realizada no dia 20 de agosto de 2021, sexta-feira, das 14 às 16h, no formato virtual. Essa atividade estava programada inicialmente para o dia 18 de agosto, mas foi remarcada. **1.02 Encontro Formativo para Docentes Ufes - 2021/1.** A Pró-reitora de Graduação, professora Cláudia Maria Mendes Gontijo, informou que a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) realizará Encontro Formativo destinado aos docentes do CCHN, com o tema “Entre o ensino remoto e o híbrido: permanência de estudantes e possibilidades pedagógicas”, cujo objetivo é fomentar reflexões didático-pedagógicas e estimular a (re)construção de práticas de ensino na educação superior nesse contexto de excepcionalidades. Informou ainda que o evento virtual acontecerá no dia 1º de setembro do ano corrente, das 10 às 12h. Por fim, informou que as inscrições devem ser realizadas de 16 de agosto a 1º de setembro pelo link informado via endereço eletrônico. **1.03 ArrumAÇÃO.** A diretora do CCHN, professora Edinete Maria Rosa, informou que a equipe da Assessoria de Gestão está preparando uma grande ação de organização do espaço físico do centro. A ação vai incluir o mapeamento dos espaços; o levantamento do mobiliário e equipamentos dos espaços e o recolhimento dos inservíveis e vai, portanto, necessitar do apoio de todos os professores e técnicos do Centro. Na próxima semana a equipe vai apresentar o calendário e a metodologia do trabalho. **1.04 Migração para a fase 3 do Plano de Biossegurança e Contingência da Ufes.** O reitor, professor Paulo Sérgio de Paula Vargas, a Chefe de Gabinete, professora Zenólia Christina Campos Figueiredo e a Pró-reitora de Graduação, professora Cláudia Maria Mendes Gontijo estiveram presentes à reunião para falarem sobre a proposta de migração para a Fase 3 do Plano de Biossegurança e Contingência da Ufes. O **reitor** informou que, com o novo parecer do Comitê Operativo de Emergência para o Coronavírus da Ufes (COE-Ufes) de julho do ano corrente, a Ufes estava entrando em condições epidemiológicas que permitiram a migração da Fase 2 para a Fase 3 do referido plano. O reitor informou que, como forma de preparação para essa transição, a Reitoria está visitando os centros de ensino para tirar dúvidas relativas a essa mudança de fase. Segundo o reitor, com a migração para fase 3, os trabalhadores técnico-administrativos deverão

retornar ao trabalho presencial realizando escalas e jornada reduzida, mantendo apenas 40% do pessoal presente ao mesmo tempo, sendo que os trabalhadores com comorbidades deverão ser os últimos a voltar. Disse também que a oferta deverá priorizar disciplinas práticas, visando reduzir a retenção dos alunos, mas que cada colegiado poderá estabelecer a melhor estratégia de recuperação da oferta das disciplinas. O reitor destacou que, como o semestre 2021/2 será um semestre atípico, pois terá início apenas em novembro, com recesso em dezembro e retorno em janeiro, será possível que a parte prática das disciplinas em formato híbrido ocorra apenas no retorno em 2022. As disciplinas práticas e/ou laboratoriais que serão ofertadas no formato híbrido precisarão ter seus planos aprovados no colegiado, no departamento e na Prograd. Em relação às disciplinas teóricas, a orientação da Administração Central foi que a oferta continuasse ocorrendo de maneira remota. No que tange à adaptação da estrutura física, o reitor disse que os centros devem indicar suas prioridades para que a Superintendência de Infraestrutura (SI) possa realizar as adaptações da estrutura física, como melhoria das instalações sanitárias, adequação das bancadas dos banheiros, trocas de portas, instalação de dispensadores de sabão e álcool em gel, aquisição de EPIs, modificação dos espaços físicos; mas que ainda seria necessário demarcar os espaços nos laboratórios e dar orientações aos estudantes; que cada centro deverá organizar o seu trabalho de adaptação da estrutura física e que esse deve ser um compromisso assumido coletivamente. Sobre a vacinação, o reitor afirmou acreditar que, se o ritmo atual de vacinação se mantiver conforme vem sendo realizado, em novembro a comunidade universitária estará com uma alta cobertura vacinal. Em relação ao RU, será feita a contratação de uma empresa para fornecimento de comida pronta (marmita), com pedidos feitos na véspera, por aplicativo, e com retirada no RU. O reitor afirmou que todas essas medidas fazem parte do Plano de Reinserção Segura da Ufes. Após a longa apresentação do reitor, foi aberto espaço para os conselheiros se manifestarem. A conselheira professora **Marcia Roxana Cruces Cuevas** apresentou preocupações com relação aos estudantes que são de outros estados e de municípios do interior, os quais teriam que reorganizar suas vidas para voltarem para o ensino presencial/híbrido no final do ano e manifestou preocupações em relação às consequências dessas medidas, considerando também que houve um aumento da pauperização da sociedade. Marcia Cuevas ainda criticou a existência do “botão do pânico” (ferramenta presente no portal do aluno que garante o desligamento automático com um clique) que facilitaria o abandono de curso por parte dos estudantes. Em seguida, manifestou-se a professora **Valéria da Silva Quaresma**, que destacou a importância do retorno às atividades presenciais, em especial para os cursos que possuem atividades práticas e de laboratório em seu currículo. A professora Valéria Quaresma disse que consultou o Departamento de Oceanografia e Ecologia (DOE) para colher dúvidas e considerações dos docentes, as quais ela apresentaria em seguida. Ela afirmou discordar da orientação de planos de contingência individuais ou por unidade, pois, seria preciso haver orientações gerais da administração central que respaldassem as ações dos docentes, como no caso de um aluno, técnico ou docente que se recusasse a utilizar máscara de proteção. E esse plano, segundo a docente, deveria ser elaborado por pessoas capacitadas para tal, e não por docentes ou TAEs, que não têm experiência nesse assunto. Uma outra dúvida apresentada pela professora incidiu sobre a situação dos estudantes com comorbidades. Valéria afirmou também que seria preciso ter uma estatística pública da vacinação dos docentes, técnicos e estudantes, para dar mais segurança à comunidade. A professora também questionou se haveria pontos de testagem no campus, para haver acompanhamento da situação epidemiológica da comunidade. A professora perguntou qual seria a orientação em caso de contaminação de um professor ou de um aluno de determinada turma, ou seja, quais seriam os

procedimentos em relação à suspensão das atividades presenciais. Valéria Quaresma destacou ainda que havia problemas de infraestrutura, como do prédio novo da Oceanografia, que foi inaugurado sem a instalação elétrica, inviabilizando qualquer aula no edifício. Por fim, a professora Valéria Quaresma questionou as orientações acadêmicas para tratar da demanda reprimida de disciplinas práticas e de laboratório, visto que, para ela, havia uma limitação de espaço físico e da disponibilidade de carga horária do corpo docente. Na sequência, foi dada a palavra ao representante do Centro no CEPE, professor **Rafael da Silveira Gomes**, que destacou a importância do retorno às atividades presenciais, mas que isso deveria ser feito com base em orientações gerais da Ufes, visto que o vírus age da mesma forma, independente do centro de ensino. O professor Rafael da Silveira disse também que o retorno ao trabalho presencial/híbrido não é uma questão de opinião ou de querer, mas de se dar condições de trabalho e segurança para esse retorno. O professor ponderou que, em situações normais, a universidade já não dava garantias de limpeza, ventilação etc, por isso, não vislumbrava como seria garantido o cumprimento do protocolo de limpar os ambientes 04 (quatro) vezes ao dia, limpar as salas de aula a cada troca de turno, ventilação, obras de adaptação, assim, o professor manifestou dúvidas em relação às condições reais de a Ufes garantir um retorno seguro, segundo o plano estabelecido. Para o professor Rafael da Silveira, a Ufes não poderia atribuir ao diretor do centro ou ao chefe do departamento que calculassem o quanto de álcool em gel seria consumido, e destacou que a Ufes não conseguia sequer, naquele momento, garantir itens de higiene essenciais. O professor listou uma série de dúvidas sobre: (a) como seria garantida a ocupação de 30% do campus se não haveria nenhum controle de entrada nos espaços; (b) se caberia ao professor fazer tal controle na entrada da sala de aula; (c) se caberia ao professor fazer a medição da temperatura dos estudantes. O professor colocou em questão também a limitação de equipamentos audiovisuais para realização de aulas híbridas. Por fim, reforçou a importância de haver orientações gerais dadas por uma comissão central com formação e competência para tal. Após essa rodada de falas, a presidente passou a palavra novamente ao reitor para responder às questões apresentadas. O **reitor**, professor Paulo Vargas, disse, sobre as questões levantadas por Valéria Quaresma e Rafael da Silveira, que havia um plano de biossegurança geral aprovado, bem como um plano da COE para a reinserção segura, com diretrizes para o retorno às atividades presenciais, nesse sentido, o papel dos comitês locais seria o de orientar os diretores na implantação desse plano geral. O reitor concordou que seria preciso ter um plano unificado e uniforme, mas que a maneira de implementar o plano em cada unidade é que poderia ter especificidades. O reitor usou como exemplo o caso do Centro de Ciências da Saúde (CCS), que fornecia uma experiência de implantação do plano com adaptação das orientações gerais. O objetivo seria que houvesse um partilhamento das responsabilidades entre administração central e unidades, visto que a Reitoria não tinha condições de estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Não seria, segundo o reitor, portanto uma transferência de responsabilidade, e sim um partilhamento das responsabilidades. Em relação à pergunta da professora Márcia Cuevas sobre os estudantes do interior, o reitor afirmou que isso era, de fato, um problema de permanência dos estudantes, de modo que o estudante que precisasse voltar ao presencial para fazer uma ou duas disciplinas poderia optar por não o fazer neste momento. Dessa forma, ainda de acordo com o reitor em sua fala, poderiam ser ofertadas vagas em determinada disciplina que não seriam completamente ocupadas e, no futuro, poderia haver necessidade de uma re-oferta para cobrir essa perda. O reitor afirmou saber que isso gerará um retrabalho, mas afirmou crer que isso se configuraria como uma redução da pressão no futuro. Além disso, essas escolhas da oferta deverão ser pensadas e decididas pelo colegiado de curso em conjunto com os

departamentos, consultando os estudantes em relação à urgência dessa oferta neste momento. Como o próximo semestre será atípico, com um intervalo no meio, poder-se-ia pensar também uma estrutura diferente, como uma primeira parte da disciplina de modo teórico, via EARTE, e outra de modo prático, no modelo híbrido. Isso mudará a forma de se dar a disciplina, mas talvez este momento exija isso. Em relação à permanência dos estudantes, o professor Paulo Vargas disse que se preocupava muito com essa questão, visto que a evasão dos estudantes é crescente, com até certo desencanto com a Universidade, além do contexto de crise econômica e social que agravam ainda mais a situação. Com os contingenciamentos de verbas do último período, não foram abertos novos editais de inclusão de estudantes assistidos, e somente recentemente foram incluídos mais 1000-1200 estudantes que estavam na lista de espera. Agora, será lançado um novo edital para inclusão dos estudantes que ingressaram nos últimos 03 (três) semestres e ainda não tinham acessado a essa política. Além disso, já haviam sido realizadas outras políticas, como a de inclusão digital. Por fim, o reitor destacou a importância de se haver flexibilidade na oferta, de modo que o estudante que não tenha condições de retornar ao presencial neste momento, e, portanto, não tenha a oportunidade de realizar a disciplina prática no semestre, tenha a oportunidade de se matricular na disciplina prática num semestre futuro, como no caso dos estudantes com comorbidades. O reitor disse, ainda, sobre as estatísticas de vacinação da comunidade universitária, que a Ufes não dispõe desses dados, mas apenas dos dados gerais divulgados por faixa etária pelo Painel Covid do Governo Estadual, e que um levantamento de dados de vacinação com foco na comunidade da Ufes, a Universidade não tem possibilidade de fazer. No entanto, destacou que o setor que não está vacinado, em geral, tem um nível de formação menor, menos orientação e dificuldades para utilizar os sistemas de agendamento, e que acredita que a comunidade universitária, por ser mais esclarecida e ter mais acesso aos meios de agendamento, seria possível supor que quase a totalidade da comunidade já teria sido vacinada. Ainda que haja exceções, o reitor afirmou crer que a ampla maioria da comunidade já havia se vacinado, em conformidade com o calendário de vacinação. Segundo o reitor, o Secretário de Saúde do Estado afirmara que, até novembro, toda população adulta do estado estaria vacinada. Sobre a política de testagem, o reitor disse que sabe das responsabilidades da Ufes e que já consultou a SESA sobre a possibilidade de haver um ponto de testagem no campus, bem como um protocolo de atendimento à comunidade universitária. Sobre casos de contaminação, citou o exemplo do Centro de Ciências da Saúde (CCS), em que um aluno testou positivo, foi isolado, todos os demais testaram e as aulas continuaram normalmente. Paulo Vargas disse ainda que pretende disponibilizar uma equipe especializada para orientar e encaminhar pessoas da comunidade para vacinação e para prestar serviço de atendimento à saúde. Sobre a adequação da estrutura física, o reitor disse que foi preparado um planejamento que está em execução, porém ele não garante que todas as adequações serão realizadas no prazo previsto, por isso, cada centro terá que definir suas prioridades, visto que não há como a Reitoria garantir que sejam ofertadas todas as condições ideais, haja vista as dificuldades financeiras e operacionais. Em relação ao retorno seguro, o reitor disse que também não poderia garantir um retorno seguro à comunidade, pois a condição em que vivemos é de absoluta insegurança, e que essa responsabilidade não poderia ser somente da Reitoria, nem do centro, precisaria ser compartilhada. Sobre o Restaurante Universitário, o reitor disse que não é possível garantir o retorno pleno do Restaurante, porque exigiria uma nova contratação e a demanda prevista para o próximo semestre ainda será pequena, dessa forma, o procedimento adotado será a contratação de uma empresa para fornecimento de marmita, de modo que o estudante possa retirar a comida no restaurante e comer em local apropriado. Esse procedimento será feito por

meio de um aplicativo em que o estudante poderá fazer a solicitação de sua alimentação. Em seguida, foi passada a palavra para a **Pró-reitora de Graduação**, Claudia Gontijo, que respondeu sobre a funcionalidade do desligamento voluntário no portal do aluno. Segundo a pró-reitora, a funcionalidade foi criada para facilitar a vida do estudante de novo curso ou que precisava se desligar para mudar de faculdade, visto que o atendimento presencial foi suspenso durante a pandemia. A professora Claudia Gontijo, disse ainda que um novo procedimento, semelhante àquele, foi elaborado para o trancamento, em que o aluno solicitaria via sistema, mas nesse caso, a informação será passada ao coordenador, para ciência, e que, nessas situações, os coordenadores têm conseguido dialogar com os estudantes e revertido alguns pedidos de trancamento com medidas mais adequadas. Mas, segundo a pró-reitora, a medida do botão do desligamento visava a ajudar a vida do estudante, e não a atrapalhar. Em relação ao retorno ao presencial/híbrido, Claudia Gontijo disse que há uma distinção importante na grade dos cursos, a ser levada em consideração: alguns cursos permanecerão quase 100% no Earte pelo fato de a grande maioria das disciplinas serem de caráter teórico, e outros cursos, que possuem um quantitativo maior de disciplinas práticas e laboratórios, é que de fato migrarão para o modelo híbrido, de modo que será um retorno gradual e seguro, e que poderíamos acompanhar esse retorno, visto que estamos adotando as medidas possíveis e ninguém foi previamente preparado para esse tipo de situação. Na sequência, foi dada a palavra à Chefe de Gabinete do reitor, Zenólia Figueiredo, que pediu licença para se retirar da reunião devido a um outro compromisso e disse que enviaria, até sexta-feira, as diretrizes ao Centro. Feita essa rodada de respostas, a presidente do Conselho passou a palavra à representante TAE, **Erika Horta Grandi Monteiro**, que relatou que seu setor de trabalho, a Secretaria Integrada de Colegiados (SIC), atende, aproximadamente, 3.600 (três mil e seiscentos) estudantes, além de coordenadores de curso, que seu setor, assim como todo o edifício IC-2, não recebeu nenhuma adequação física até o momento, as janelas não abrem, não foram instaladas barreiras de acrílico, e não há previsão para instalação. Erika Monteiro levantou também preocupação com relação à limpeza, pois, em março de 2020, a limpeza das salas estava sendo feita uma vez por mês, e questionou se havia alguma mudança nos contratos de limpeza para as áreas administrativas, banheiros, salas de aula e laboratórios. Erika Horta questionou também sobre os bebedouros: se seriam liberados para uso, bem como sobre o fornecimento de EPIs. Outra dúvida colocada pela conselheira foi em relação aos laboratórios que precisam ficar com ar-condicionado ligado o tempo inteiro devido a algum componente que precisa ser preservado, ela perguntou como isso havia sido feito no Centro de Ciências da Saúde (CCS), bem como o uso dos laboratórios pequenos para aulas práticas, a conselheira perguntou como deveria ser cumprido o distanciamento. Erika Monteiro perguntou, ainda, se deveriam ser divididas as turmas, e quais seriam as consequências dessa divisão nos encargos docentes. Outra dúvida levantada foi quanto às medidas a serem tomadas nos casos de contaminação, em especial, no caso de o professor ser o contaminado. Outra questão colocada foi que seria importante haver uma orientação geral para essas situações. A conselheira ainda perguntou sobre a fiscalização para o uso de máscara: quem seria o responsável e como se deveria proceder. E por fim, em relação aos alunos em grupo de risco, Erika Monteiro criticou a orientação dada pelo reitor, de que os mesmos não retornassem naquele momento devido aos riscos, e voltassem em momento posterior, numa re-oferta de disciplinas, pois, na avaliação da conselheira, esta seria uma medida excludente e que dever-se-ia pensar em outras soluções como transmissão da aula. Nesse momento, o **reitor** interrompeu a fala da conselheira e disse que, nesse caso, não configuraria uma aula prática, uma vez que aulas práticas implicam presença. **Erika Horta Grandi Monteiro** prosseguiu sua fala questionando sobre as medidas de

segurança: se haveria ampliação no número de seguranças, visto que o campus estaria mais vazio, bem como se haveria ampliação da equipe de limpeza e mudança nos protocolos de reposição dos insumos nos banheiros, como sabão, álcool e papel toalha, pois, antes da pandemia, esse serviço era insuficiente. A conselheira perguntou também sobre os procedimentos para aferição de temperatura, como seria feito e por quem seria realizado. Por fim, Erika Monteiro questionou sobre o retorno do funcionamento das cantinas e a fiscalização sobre as medidas de biossegurança nesses locais. Na sequência, a presidente passou a palavra ao coordenador do Colegiado de Oceanografia, **Agnaldo Silva Martins**, que inicialmente disse que ficou contente com o fato de o retorno ao presencial ser opcional, por curso. Nesse sentido, ele disse que já está em diálogo com os professores dos departamentos, para preparar a oferta do próximo semestre e avaliando com eles a possibilidade de ofertar, mas já sabe que não será como a oferta de 2019. Agnaldo Martins considerou importante que parte das disciplinas voltasse para o presencial como forma de motivar os estudantes, mas apresentou uma dúvida à pró-reitora sobre como deveria proceder, do ponto de vista formal e dos registros acadêmicos, as adaptações dos programas das disciplinas. Em seguida, a diretora **Edinete Maria Rosa** tomou a palavra. Primeiramente, agradeceu a presença e participação do professor Paulo Vargas, que estivera no Conselho em 2020 para tratar dos problemas de infraestrutura do CCHN. A diretora lembrou que, naquela reunião, a direção do Centro apresentara um dossiê dos problemas de infraestrutura do CCHN e da defasagem de pessoal, o que vem impactando o funcionamento do Centro até agora. Ela ressaltou o fato de que, no último período, houve a aposentadoria de 07 (sete) técnicos e o falecimento de 01 (um) técnico, aumentando a necessidade do Centro da contratação de mais 02 (dois) porteiros. Isto é, afirmou a professora Edinete, se o retorno ao presencial fosse determinado exatamente para este momento, o CCHN não disporia de pessoal suficiente para dar conta do espaço físico do Centro. Edinete Maria Rosa relatou, em seguida, as reuniões e visitas aos setores realizados junto à Reitoria sobre os problemas de infraestrutura, inclusive na Base Oceanográfica, destacando que a Reitoria sempre respondeu prontamente os contatos do Centro, no entanto, as obras de fato não foram realizadas até agora. A professora Edinete Maria Rosa ponderou que, na semana passada, a professora Zenólia Christina Campos Figueiredo fora convidada a verificar a situação dos banheiros do Centro e ficou horrorizada com a situação. Desde 2020, afirmou a diretora, sua prioridade em relação a obras era a reforma dos banheiros. Dessa forma, avaliou, o CCHN não lhe parecia que estaria em condições para o retorno presencial em tão poucos meses. Edinete Maria Rosa salientou sua preocupação enquanto gestora, visto que a infraestrutura é base para se ter condições de biossegurança. *“Se um banheiro não tem pia, torneira, vaso, como poderá de garantir a higiene?”*, indagou ela. E continuou: *“O prédio da Oceanografia acabou de ser inaugurado e não tem energia elétrica”, “O Centro pediu um cronograma físico-financeiro que não foi entregue até agora”, “O atendimento da SI é sempre atencioso, porém os serviços não são entregues”, “É preciso que a administração tenha o pé no chão, que faça o básico e reconheça quando não o fez”, “A prioridade de adaptações do CCHN era o IC2 e o Cemuni e até agora nada foi realizado. Assim, quando a administração propõe a migração para a Fase 3, alegando que as condições da estrutura física estão prontas e adaptadas, isso é decepcionante, porque desconsidera todos os nossos pedidos que não foram atendidos, apesar de tantas cobranças”*. A diretora, dando continuidade à sua fala, tocou no tema da limpeza, cuja fala transcreve-se a seguir: *“Alguns cursos não pararam de utilizar os laboratórios devido a pesquisas em andamento e, nesses locais, a limpeza está muito ruim, dependendo muitas vezes, dos próprios técnicos e docentes realizarem a higienização do espaço devido à falta de serviço de limpeza adequado. No caso da Biologia, a SI foi notificada*

formalmente dessa debilidade. Isso muito nos preocupa, visto que se não foram dadas condições de higiene num período de baixíssima circulação no campus, imagina quando retornarem as atividades presenciais?! Em relação ao uso de máscara, 90% dos trabalhadores terceirizados não estavam utilizando máscara no local de trabalho. O CCHN já formalizou duas reclamações, por escrito, e a situação continua a mesma". Em relação às orientações de biossegurança, a diretora do CCHN disse que o ofício enviado pela administração dizia expressamente que cada centro deveria criar seu protocolo de biossegurança e reforçou o que já havia sido ponderado por alguns dos conselheiros presentes no sentido de que o CCHN não tem condições técnicas para realizar esse trabalho, acrescentando que o reitor disse sobre partilhar as responsabilidades não condiz com o que está expresso no ofício. Nesse sentido, a diretora reforçou a necessidade de haver uma orientação geral da COE. Por fim, Edinete Maria Rosa agradeceu a presença da Reitoria na reunião, valorizou o diálogo para tratar dos problemas e afirmou que, em suas palavras, *"É preciso ceder em algumas questões, pois às vezes a administração fala uma coisa, mas nos documentos é outra coisa que está escrita. Dessa maneira, a administração tem que antecipar os problemas, ouvir mais as instâncias da base antes de decidir e construir de forma coletiva as políticas institucionais"*. Feita essa segunda rodada de perguntas, a presidente do Conselho passou novamente a palavra aos convidados. A **Pró-reitora de Graduação**, professora Claudia Gontijo, pediu a palavra. Em resposta à pergunta do professor Agnaldo, disse que não seria necessário mudar o PPC do curso para as disciplinas teórico/práticas ou híbridas, que se deveria seguir o mesmo procedimento do EARTE, com a aprovação, no colegiado, de um Plano de Ensino adaptado, que deveria ser apensado ao PPC do curso, no caso de auditorias futuras, e que esse procedimento estava sendo adotado em todas as universidades federais. Essas alterações também deveriam ser lançadas no plano de ensino disponível no portal do professor, para que os alunos pudessem ter acesso. A pró-reitora acrescentou que será possível fracionar as disciplinas em teórico e práticas, podendo a parte prática ser ofertada futuramente como disciplina optativa. Na sequência, foi passada a palavra ao **reitor** Paulo Vargas. Sobre a adaptação da estrutura física, o reitor disse que essas adaptações estão sendo realizadas. Sobre os EPIs, o reitor disse que há material em estoque e poderia ser fornecido aos trabalhadores e estudantes. Sobre a limpeza, o reitor reconheceu que é preciso um sistema de limpeza diferenciado, considerando um planejamento e acompanhamento, com supervisão do centro. Paulo Vargas disse, ainda, que o atual contrato de limpeza tem condições de atender às demandas atuais, desde que seja dada a orientação dos locais prioritários para limpeza, em observância ao plano de biossegurança. Em relação aos laboratórios, o reitor disse que, no CCS, foi montado um esquema de revezamento entre os estudantes nos laboratórios menores. O reitor reforçou que as orientações da COE são gerais, podendo ser complementadas com orientações da Progep e da Prograd, mas que os centros poderiam ter orientações complementares, visto as limitações do trabalho da COE. Sobre a oferta limitar a participação dos alunos, Paulo Vargas reforçou que a gestão da Universidade fará o que for possível no momento, considerando todas as limitações. Em seguida, a **Pró-reitora de Graduação** Claudia Gontijo retomou a palavra. Ela disse que, na Câmara Central de Graduação, está sendo desenvolvido um Plano de Recuperação de Ofertas, pois a reposição das disciplinas não ofertadas estará limitada à capacidade de oferta dos docentes. No caso dos técnicos, os últimos que deverão retornar são os que possuem comorbidades. Do ponto de vista dos alunos, a pró-reitora pediu para se considerar que as ofertas no EARTE já haviam sido limitadas e que até mesmo as disciplinas que foram ofertadas não tiveram ocupação plena, tendo também alunos que precisarão cursar essas disciplinas, e isso se agrava com relação às disciplinas práticas. Assim, segundo a pró-reitora, o que está sendo

pensado via Prograd e Câmara Central de Graduação (CCG) é aproveitar a oferta da Fase 3, em que o modelo híbrido será iniciado e organizar a oferta de disciplinas práticas, visando a atender principalmente os alunos que estão mais próximo de se formar, para reduzir a retenção. Claudia Gontijo afirmou não saber como será reposta, no futuro, a oferta e re-oferta das disciplinas e garantiu que nenhuma medida visa duplicar ou triplicar a oferta de modo a sobrecarregar o esforço docente, porque isso não seria possível. A pró-reitora disse, ainda, que a mudança para a Fase 3 está sendo feita levando-se em consideração essas etapas mencionadas pela professora Edinete Maria Rosa. Nesse momento, a professora **Edinete Maria Rosa** retomou a palavra e disse que, desde quando foi implementado o EARTE, o CCHN estava preocupado com a adaptação da estrutura física para quando ocorresse o retorno ao ensino presencial, isto é, o cronograma de ações que ela mencionou, era referente a isso. **Claudia Gontijo**, por sua vez, alegou nesse momento que não haveria um retorno ao 100% presencial, e que, quando ouviu a fala da diretora do CCHN, pensou que havia uma coincidência entre o cronograma para o retorno das aulas via EARTE e as ações do Centro. **Edinete Maria Rosa** retomou a palavra e disse que a implantação do EARTE tinha relação com o trabalho da Pró-Reitoria de Graduação e da Superintendência de Tecnologia da Informação, mas que, em sua fala, estava cobrando ações da Superintendência de Infraestrutura em relação à adaptação da estrutura física para o ensino híbrido/presencial. Na sequência, a palavra retornou ao **reitor**, professor Paulo Vargas, que disse ter preocupação com a segurança do campus com o retorno às atividades presenciais. Em relação às cantinas, Vargas disse que os contratos haviam sido encerrados e que algumas delas mantiveram o contrato com valores menores e que acredita que, em meados de 2021/2, algumas cantinas já voltariam a funcionar. Disse, ainda, que não tinha preocupação com a aglomeração neste momento, porque o volume de estudantes será pequeno. Sobre a aferição de temperatura, o reitor disse que a administração central não tem condições de dispor de equipe para realizar esse serviço e que só seria possível se houvesse um compartilhamento de responsabilidades com os centros. Sobre a fala da professora Edinete Maria Rosa, Paulo Vargas reconheceu que algumas demandas foram atendidas e outras não. Disse também que, após a visita da professora Zenólia Christina Campos Figueiredo, ficou bastante preocupado com a situação do Centro e que pediu à Superintendência de Infraestrutura para dar prioridade no atendimento ao CCHN. O reitor disse que tem muita dificuldade com o atendimento dos serviços das empresas terceirizadas, embora tenha destinado muitos recursos de 2020 para os serviços de manutenção. Vargas lembrou que havia um passivo enorme de serviços de manutenção, em razão dos cortes de verbas dos últimos anos, e que, com um certo alívio no último ano, foi possível colocar mais recursos nessa área. A prioridade definida pela administração foi a manutenção dos edifícios e a adequação física dos espaços, no entanto, há dificuldades junto à empresa terceirizada e junto à Superintendência de Infraestrutura. O reitor comprometeu-se em fazer um esforço para cumprir o planejado entre Centro e SI. Sobre o uso de máscaras pelos terceirizados, o reitor disse que não tem condições de colocar fiscais pelo campus, portanto, que essa fiscalização deve ser feita por todos, inclusive notificando por escrito à SI. O reitor reconheceu que a sensação de insegurança relatada é justificável, mas pediu um esforço coletivo, bem como consciência de todos para que haja condições para avançar de fase para um período híbrido e futuramente presencial. Vargas destacou que, com o aumento da vacinação e a melhoria dos índices de mortes e internações, as condições para um retorno estão se desenvolvendo. A Universidade, defendeu o reitor, *“é resultado de um esforço coletivo, portanto, a administração não tem condições sozinha de garantir essas condições, precisará de um esforço e vontade de todos para dar certo. Isto é, a mudança de fase não é uma imposição da administração, e sim uma proposta a ser analisada pelo Conselho Universitário”*. Assim,

reafirmou Vargas, a mudança para a fase 3 será a mudança para um regime híbrido, com o retorno do trabalho administrativo, considerando as condições e prioridades, e com o devido ajuste das cargas horárias. Da mesma forma, os docentes e discentes somente retornarão às disciplinas práticas, mantendo os componentes teóricos no modelo EARTE. O reitor retomou a questão da adaptação da estrutura física ao reafirmar que estão fazendo todo o esforço para atender as prioridades estabelecidas e que terão até novembro para cumprir esses compromissos, ou fazer o máximo possível, e quando chegar esse momento, caso o Centro avalie que não foi o suficiente, poderá decidir por não retornar ao presencial, o retorno ao presencial não será, portanto, uma imposição da administração central. Quanto à afirmação de que *“a gente está discutindo isso desde junho de 2020, mas o que está sendo apontado como necessidade está sendo seguidamente desconsiderado”*, o reitor reafirmou que não concorda com ela, pois segundo ele, a Ufes está mobilizando todos os meios para viabilizar o retorno ao ensino presencial e que ele já apresentou, na reunião, todo o conjunto de ações que estão sendo tomadas, embora admita que, do ponto de vista da adequação do espaço físico, o resultado está aquém do combinado, mas que se compromete a fazer o máximo possível dentro do prazo. Na sequência, foi passada a palavra novamente ao professor **Rafael da Silveira Gomes**, que registrou desconforto em relação às falas realizadas na reunião. Rafael da Silveira disse que, embora haja um reconhecimento de que existem muitas demandas de adaptação da estrutura física que não foram realizadas até o momento, a Reitoria dá a opção de se retornar ou não às atividades presenciais. Para o professor Rafael da Silveira, não é uma questão de opção, de escolha, e sim de reconhecimento de que não foram dadas as condições mínimas para o retorno presencial em determinadas unidades e que, portanto, não deveria haver retorno presencial. Da mesma forma, os desafios para se realizar as manutenções e adaptações físicas também precisam ser considerados na retenção e no atraso dos estudantes para concluir o curso. Isto é, é preciso deixar claro que não é uma questão de escolha, e sim de limitação operacional da universidade, que, segundo o docente *“não é capaz de dar as condições de biossegurança para se ter um retorno seguro ao presencial, e não voltou com ou sem condições físicas porque quer correr ou não o risco, quer colocar seus alunos em risco ou não, visto que esse passivo não foi produzido por nós, e sim imposto por condições sobre as quais não temos controle ou escolha. Muitos dos problemas colocados, tais como limpeza, segurança e manutenção são problemas antigos, anteriores a essa gestão, inclusive”*. Assim, continua Rafael da Silveira Gomes, *“é preciso alinhar minimamente o que é possível fazer e quais são as expectativas e efetivamente nomear as responsabilidades. Devemos nos responsabilizar coletivamente pelos problemas, sim, mas há questões que precisam de medidas preventivas, pois colocam em risco a vida das pessoas, portanto, o uso de máscara por todos é obrigatório, a limpeza dos locais, é obrigatória, se isso não é feito, as vidas estão em risco, então não é apenas uma questão de notificar a SI, ou fazer uma reclamação, é algo que precisa ser garantido como condição para o retorno presencial.”* Outra questão colocada pelo conselheiro diz respeito ao fato de que, no seu entender, colocar a decisão de voltar ou não nesse contexto de falta de condições coloca o Centro sob pressão, pois pode acontecer de um centro voltar sem ter condições mínimas, supostamente por “escolha própria”, e um outro centro que seja rigoroso e sério com a vida das pessoas ser pressionado a voltar ao presencial, sem ter as condições exigidas pelo plano de Biossegurança da Universidade. Enquanto representante no CEPE, Rafael da Silveira Gomes disse ainda que cobrou naquele Conselho que as mudanças de fase sejam realizadas com base em um relatório da administração que diagnosticaria a realidade da universidade. No momento, afirmou o docente, a administração está colocando sobre os centros a responsabilidade do retorno ou não, sem dar

as condições, quando o discurso deveria ser *“nós fizemos as reformas, compramos os equipamentos, melhoramos a limpeza, garantimos a segurança, e estamos cumprindo o protocolo de biossegurança”*. O professor Rafael da Silveira, em sua fala, afirmou acreditar que apenas dessa forma o Centro poderia ter condições de analisar se retorna ou não. Ele frisou que, neste momento, o CCHN não tem nenhuma dessas condições, mas o Conselho deverá tomar a decisão de voltar ou não ao modelo presencial/híbrido nesse contexto. Diante da fala do professor Rafael da Silveira, o **reitor** Paulo Vargas alegou que a Reitoria não estava impondo as coisas nesses termos e que não estava colocando a responsabilidade sobre ninguém, além disso, que ninguém poderia ser responsabilizado pelo que estamos passando. O que fora dito por ele é que todos estão se esforçando para enfrentar essa situação, de modo a viabilizar o ensino remoto e criar formas para operacionalizar as disciplinas. Paulo Vargas reconheceu que os serviços de manutenção e adaptação não estão ocorrendo na velocidade desejada e que espera poder fazer mais nos próximos meses. E, continuou afirmando que, onde não for possível fazer todas as adequações, talvez não seja possível o retorno ao presencial. O professor **Rafael da Silveira Gomes** retomou a palavra e tentou reformular seu incômodo: disse que entendia que o reitor não estava dizendo que a responsabilidade era do Centro, mas, ao deixar nas mãos do Centro a decisão de voltar ou não ao trabalho e ao ensino de modo presencial ou híbrido, quando o que dá subsídio para essa decisão está fora da governabilidade do Centro, a Reitoria parece transferir a escolha para quem não tem condições de decidir sozinho. O professor salientou que, a se ver, é diferente a administração central dizer que o CCHN não tem condições de voltar, porque a SI não cumpriu com as reformas e adaptações previstas, e o CCHN dizer que decidiu não voltar ao presencial, porque afirma não ter condições. Ao retomar a palavra, o professor Paulo Vargas, **reitor**, disse que não era possível generalizar, e que, sob sua perspectiva, poderia haver uma situação em que parte das exigências tenha sido atendida e, portanto, haja condições, e parte que não tenha sido atendida. *“É preciso ser realista”*, afirmou o reitor. Ele reiterou que a administração central assumia a sua responsabilidade e que estava empenhada em viabilizar tudo o que fosse necessário para o retorno ao presencial, mas admitiu que há revezes, imprevistos e dificuldades em cumprir todas as ações nos prazos. A **Pró-reitora de Graduação** tomou a palavra e reforçou que é preciso avaliar o que se pode fazer com o que já se tem adaptado até o momento e que a administração central não tem como avaliar isso pelos centros. Ela deu o exemplo do Centro de Educação, onde já havia sido feita anteriormente a adaptação dos espaços administrativos com barreiras de proteção e ventilação, portanto, esses espaços podem funcionar. Segundo ela, os prédios mais antigos já haviam sido reformados. E, além disso, a professora Claudia Gontijo considerou que há também imprevistos, como, por exemplo, o fato de a empresa romper o contrato e o contingenciamento de verbas por parte do governo federal. O **reitor** retomou a fala novamente e disse que está preparando um relatório do que já foi feito pela administração e do que está planejado para ser realizado ainda, como, por exemplo, a adaptação dos banheiros, o desbloqueio de janelas, a marcação de distanciamento no piso, a instalação das proteções de acrílico, a instalação de dispensers de álcool em gel etc. Em seguida, Paulo Vargas disse que entendia que houvesse inquietações na comunidade por desconhecimento de todas as ações que estão sendo tomadas, devido à sensação de insegurança. Por isso, de acordo com o reitor, esse diálogo era importante. A administração Central, ressaltou ainda o reitor, estava buscando esse diálogo para demonstrar que está tomando medidas que visam garantir a segurança para o retorno às atividades presenciais. Em seguida, para concluir o ponto, a professora **Edinete Maria Rosa** retomou a palavra para resumir as questões consideradas como mais graves, para as quais o CCHN precisa de medidas para

garantir efetivamente as condições para um retorno ao presencial. Primeiramente, a professora Edinete Maria Rosa criticou a abordagem da Administração para esse tema de modo a colocar as questões no campo do desejo, pois fica subjetivo e individual. A professora Edinete afirmou que dialogou com os departamentos do centro e observou que as pessoas queriam voltar, porém avaliavam que as condições da estrutura física, as condições de trabalho e as orientações não estavam garantidas, o que inviabiliza o retorno agora. Em sua visão, muitas coisas estão sendo transferidas para o professor ou para o técnico resolver. Sobre a questão da vacinação, por exemplo, ponderou a diretora, não há uma orientação clara. E continuou: *“Passar essas decisões para o trabalhador, ou o coordenador de curso, parece democrático, mas é injusto e cruel. Não é apenas uma questão de não entender o que o reitor está falando, é uma questão de a administração entender as dúvidas que as pessoas estão trazendo, e a sensação de abandono e responsabilização que estamos tendo”*. A professora Edinete Maria Rosa também se pronunciou em relação ao mecanismo de desligamento, que autorizava o desligamento das disciplinas de maneira automática pelo estudante, via sistema portal do aluno. Para ela, o botão do desligamento precisa ser suspenso e outro procedimento deveria ser criado. *“Nós podemos colaborar e estamos colaborando muito, fazendo esforços e sacrifícios individuais, mas isso precisa ser reconhecido pela administração, e não apenas cobrado, como ‘é preciso partilhar as responsabilidades’. Porque nós estamos fazendo a nossa parte. Se isso não estivesse acontecendo, o EARTE não teria dado certo. Se deu certo, foi devido ao esforço individual de cada um de nós. Não podemos naturalizar o abandono, o impedimento de estudar de quem tem comorbidade, o atraso na vida acadêmica desses estudantes. Há um processo profundo de adoecimento de nossa comunidade que precisamos acompanhar e ter política. Não é uma questão de ‘vem quem quer’, como se não estudar fosse uma escolha do aluno e não uma imposição da realidade para nossa sobrevivência. Nós devemos nos unir para cuidar dessas pessoas. Não entendam o CCHN como inimigo, nós queremos construir juntos. Nós precisamos cuidar da nossa comunidade, da nossa humanidade, cuidar daquele aluno que está precisando tanto do nosso carinho e atenção”*, com tais palavras, a professora Edinete, diretora do CCHN, encerrou sua fala. Em seguida, o **reitor** Paulo Vargas retomou palavra e disse que não via de modo algum o CCHN como inimigo ou confrontante, mas como parceiro no diálogo e na construção de soluções. A administração central, segundo ele, não tem solução para tudo e pode ter passado a impressão errada quando falou em partilhar as responsabilidades, mas isso tem relação com a própria complexidade da Universidade. *“É preciso ouvir os setores e as pessoas”*, afirmou o reitor, acrescentando que ele gostaria de contar com a colaboração de todos. *“Não temos solução para todos os problemas ainda, como no caso de pessoas sem vacinação, mas estando aberto ao diálogo, as soluções vão surgir”*, retorquiu. O reitor reafirmou que **está** empenhado em viabilizar tudo o que ~~for~~ preciso para garantir o retorno presencial, em especial no CCHN, onde as coisas estão mais atrasadas. O reitor agradeceu a possibilidade desse diálogo e colocou-se aberto para novas oportunidades como essa. Foi passada então a fala para a **Pró-reitora de Graduação**, Cláudia Gontijo, que agradeceu a oportunidade de diálogo, e disse que estava disponível para atender sempre que possível, inclusive por telefone. Após amplo debate, e algumas dúvidas esclarecidas, a presidente agradeceu a presença do reitor e de membros de sua equipe e encerrou as comunicações. **2. EXPEDIENTE:** Após as comunicações e os esclarecimentos relativos à comunicação 1.04, o tempo da reunião se esgotou e a mesma foi encerrada. A presidente informou que irá convocar uma reunião extraordinária do Conselho Departamental para tratar dos pontos de pauta que não foram apreciados nesta sessão. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a



sessão, e eu Lara Negreiros Gobira, secretária do CCHN, lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

Edinete Maria Rosa
(Presidente)

Lara Negreiros Gobira
(Secretária)

PROFESSORES

Agnaldo Silva Martins

Maria Cristina Smith Menandro

Carlo Eugênio Nogueira

Mario Claudio Simões

Érica Cristhyane Moraes da Silva

Rafael da Silveira Gomes

Gesieny Laurett Neves Damasceno

Thana Mara de Souza

Ídalina Tereza de Almeida Leite Perin

Ueber José de Oliveira

Igor Suzano Machado

Valéria da Silva Quaresma

Marcelo Martins Vieira

Valeschka Martins Guerra

Marcia Roxana Cruces Cuevas

Viviana Borges Corte



REPRESENTANTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Erika Horta Grandi Monteiro

REPRESENTANTE ESTUDANTIL

Erwany Nawar Everton Maranhão



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
EDINETE MARIA ROSA - SIAPE 2279448
Diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN
Em 23/08/2023 às 11:40

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/777153?tipoArquivo=O>